

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
26  
27  
28  
29  
30

CEDI - P. I. B.
DATA 31 / 12 / 86
COD. F3D00039

EDUCAÇÃO E POLÍTICA INDIGENISTA (1)

Friscile Faulhaber Barbosa

(1) Uma versão preliminar deste texto foi submetida à discussão no grupo de trabalho Antropologia Educacional da XIV Reunião Brasileira de Antropologia, coordenada por Maria Leife Mousinho Guidi. Agradeço também às sugestões de Roberto Cardoso de Oliveira, Nicenor Pachares Sá e Maria Auxiliadora Leão.

TÍTULO DA MATÉRIA EDUCAÇÃO E POLÍTICA INDIGENISTA	DATA 30/6/84	LAUDA 1
NOME DA PUBLICAÇÃO EM ABERTO	NOME DA SEÇÃO DIPES	REDATOR Priscila

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO PARA O ÍNDIO

Quando se toma a educação indígena como um tema de reflexão, é necessário considerar que tratamos o assunto com definições formuladas dentro do sistema conceitual da tradição letrada, branca, civilizada, sistema este distinto das formas de ser e de pensar próprias a cada sociedade indígena.

Entende-se aqui educação em seu sentido mais geral, ~~que abrange~~ <sup>que</sup> os diversos processos de socialização que permeiam qualquer sociedade humana e não se restringem à escolarização e alfabetização.

Segundo Bourdieu, a educação não se reduz, como foi definido por Durkheim, à transmissão de informação acumulada que garante a reprodução social, pois a ação pedagógica é responsável também pela "transmissão de um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da sociedade" (Bourdieu, 1974:296).

Este autor toma como objeto o papel do sistema de ensino na reprodução e distribuição do capital cultural, assim como na difusão dos bens simbólicos entre os diversos segmentos da sociedade. Segundo Bourdieu, a estrutura de qualquer sociedade humana é um sistema de relações de força entre grupos ou classes. Sob determinação das relações de força materiais, é construído um sistema de relações de força simbólica, que dissimula e reforça a base material da dominação.

O poder da violência simbólica, da qual o sistema de ensino é uma modalidade específica, impõe, segundo Bourdieu, a legitimação de significações que dissimulam as relações de força material e as reforçam no plano simbólico (Bourdieu, <sup>de</sup> Passeron, 1975:19).

O trabalho pedagógico, ~~ainda segundo Bourdieu,~~ atua no sentido de <sup>habitus</sup> inculcar ~~conceitos~~ (habitus) que internalizam valores simbólicos dominantes e interiorizam "princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a interrupção da ação pedagógica" (Bourdieu, <sup>de</sup> Passeron, 19875:44).

A educação, assim encarada, serve, na transmissão de bens culturais,

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 como prática reprodutora das desigualdades sociais.

2 No caso da educação para o índio, configura-se como um problema de di-

3 fusão de bens simbólicos próprios à etnia dominante na sociedade nacional,

4 entre os povos indígenas, situados, enquanto minorias étnicas, em posição

5 estrategicamente <sup>atrasada</sup> na sociedade de classes.

6 Cabe perguntar se a educação, encarada enquanto prática socializadora

7 de conhecimentos, não fornece instrumentos para que os grupos dominados,

8 entre os quais situam-se os povos indígenas, possam mudar as relações soci-

9 ais às quais se encontram submetidos. Pretendemos, assim, relativizar a

10 teoria reprodutivista de Bourdieu, entendendo que o conhecimento constitui

11 uma caixa de ferramentas (Foucault, 1981 :71) que oferece uma multiplici-

12 dade de usos. Saber e poder, no nos o ponto de vista, constituem práticas

13 similares. Optamos, deste modo, por focar a educação pelo ângulo do

14 político.

15 De acordo com Saviani(1984:85), tal tratamento não deve implicar na

16 dissolução da prática educativa, pois embora educação e política estejam

17 intrinsecamente articuladas e interdependentes, não coincidem, pois consti-

18 tuem modalidades distintas da prática social (Saviani, 1984:89).

19 Ainda segundo Saviani, a política se caracteriza pela relação de poder

20 entre grupos de interesses antagônicos, marcada pelo ~~dis~~consenso, <sup>o</sup> que impli-

21 ca ~~na~~ dominação, alicerçada pela repressão(1984:93). A educação, por sua

22 vez, define-se como relação travada entre contrários não antagônicos, que

23 caracteriza-se pela hegemonia calcada pela persuasão e portanto alicerçada

24 pelo consenso e pela compreensão(Saviani, 1984:93).

26 A prática educativa deve ser encarada historicamente. Na sociedade

26 contemporânea, marcada pela existência de classes antagônicas, a educação

27 é condicionada à prática política, servindo aos interesses dominantes e

28 criando bases de legitimação para estes.

29 A especificidade da prática educativa, ~~xxxx~~ consiste na socialização

30 do conhecimento. Tendo a educação como conteúdo a prática social e políti-

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 ca, não é redutível, no entanto, às mesmas (Saviani, 1984:92).

2 Debe perguntar se a educação atenderia só e exclusivamente aos pro

3 blemas hegemônicos do Estado e dos grupos dominantes, constituindo, nestes

4 termos, um instrumento de consenso, ou seja, se sua prática não permitiria

5 outros usos. Os procedimentos disciplinares que implicam a transmissão de

6 conhecimentos não devem ser encarados apenas em seus aspectos negativos,

7 que conduzem à submissão e à negação dos sujeitos.

8 A educação, enquanto uma prática política, recria as relações contra

9 ditórias próprias à sociedade de classes. Pode-se, neste sentido, falar em

10 "educação ativa" (Palhares Sá, 1979:28), processo que caracteriza ~~se~~ pelos

11 l jogo do consenso e da cisão.

12 Como a educação envolve a difusão de esquemas de pensamento que inter

13 ferem concretamente na conduta humana, ela implica também a constituição

14 de sujeitos ativos, que problematizam sua situação vivida, relacionando-se

15 com a coletividade. A educação, assim, não significa apenas "o depósito

16 de conteúdos", mas "a problematização dos homens em suas relações com o mun

17 do" (Freire, 1975:77). Conhecer, neste sentido, não implica somente a assi

18 milação passiva de conteúdos vazios, mas a formulação de projetos que dizem

19 respeito à constituição da identidade social por parte de sujeitos single

20 res e históricos.

21 Como nos mostra a história do contato entre índios e brancos no Bra-

22 sil, a difusão das formas de pensar da civilização ocidental - a cargo ora

23 da ação missionária, ora das instituições vinculadas ao Estado, como os

24 Diretórios de Índios - tem exercido um papel de negação das tradições in

26 dígenas.

26 A atitude civilizadora, que tem assumido ~~xxxxxxx~~ um caráter colonia

27 lista, tem sido questionada pela postura antropológica. Esta, ao relativi

28 zar as formas de pensar de nossa sociedade, tem apresentado uma visão alte

29 rnativa à ação etnocêntrica que nega as tradições indígenas, suscitando as-

30 sim uma ação educativa que respeite a organização social de povos etnica-

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA 4
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 mente diferenciados.

2 Convém explicitar o que se entende por etnia. Na literatura antropoló-  
3 gica, tem-se, atualmente, focado esta noção pelo ângulo do político, quer-  
4 dando-se todavia sua especificidade. O fato étnico é, assim, encarado em  
5 suas dimensões ideológicas e políticas, com um fato social, constituindo  
6 a identidade contrastiva, que supõe o confronto de identidades, a "base de  
7 finitória da identidade étnica" (Cardoso de Oliveira, 1976:45).

8 O contato entre a sociedade nacional e os povos indígenas no Brasil te-  
9 sido pensado por diversos autores como uma situação de colonialismo inter-  
10 no, categoria sociológica construída com o propósito de explicar "socieda-  
11 des plurais, ou seja - formadas por diferentes segmentos étnicos" em conflic-  
12 to latente ou manifesto (Cardoso de Oliveira, 1978:76).

13 O conceito de situação colonial, ao abordar a situação dos diversos  
14 povos indígenas de um ponto de vista sociológico, contribui para a elucidã-  
15 ção teórica de problemas relativos à sociedade nacional. Entende-se, deste  
16 modo, como colonialismo interno, a política expansionista de incorporação de  
17 fronteiras físicas e sociais que atinge diretamente os territórios e a for-  
18 ça de trabalho indígenas. Encarando-se a transição cultural como resultado  
19 de processos sociais e políticos da relação entre a sociedade nacional e  
20 os povos étnicamente diferenciados, a questão indígena perde o caráter fol-  
21 clórico - para não dizer irrelevante - que pode assumir aos olhos de algum  
22 leitor desinteressado.

23 A constituição da identidade étnica, noção de domínio ideológico, é  
24 um processo essencialmente político, cuja especificidade é a auto-atribui-  
25 ção e atribuição por outrem de identidades contrastivas.

26 Os conflitos políticos travados nas fronteiras em movimento da socie-  
27 dade nacional têm xx xxxl resultado na constituição de etnias contraditórias.  
28 A etnia nacional tem estado no sentido de negar, etnocêntricamente, a exis-  
29 tência das nacionalidades indígenas, incorporadas com segmentos minoritá-  
30 rios à sociedade brasileira. As relações conflitivas, porém, o exercício

INPECOD

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 da etnia como forma organizacional, que fundamenta a constituição de nações  
2 historicamente diferenciadas, sustentada pela crença de seus membros em uma  
3 proveniência e destino político comuns.

4 Convém distinguir "educação indígena" - prática tradicional de socia  
5 lização própria a cada povo indígena - de "educação para o índio" - prati  
6 ca decorrente da inserção dos diversos povos indígenas na sociedade nacio  
7 nal (Lopes da Silva, 1981:12).

8 O processo tradicional de socialização e a educação "para o índio",  
9 no entanto, coexistem nas relações sociais cotidianas das comunidades indí  
10 genas pois, na maior parte dos casos, os povos indígenas sofrem de maneira  
11 direta os efeitos do contato com a sociedade brasileira. A problemática  
12 da educação indígena coloca-se portanto no terreno de fronteira entre sis  
13 temas étnicos distintos, pois os próprios conteúdos tradicionais de socia  
14 lização de cada povo são condicionados à sua situação histórica específica.

15 É importante ressaltar que a educação para o índio é indissociável da  
16 política indigenista. Esta, por sua vez, não pode ser pensada como um fato  
17 isolado na política nacional. A atual situação dos povos indígenas brasilei  
18 ros demonstra que a política ~~indigenista~~ e a legislação indigenistas ~~tem~~  
19 têm servido efetivamente mais para encobrir a disputa entre grupos econô  
20 micos pela apropriação do patrimônio indígena do que para responder às  
21 reais necessidades dos grupos indígenas e garantir os seus direitos.

22 Historicamente, no Brasil, as estratégias de educação em relação aos  
23 povos indígenas ~~estiveram~~ estiveram condicionadas às diretrizes políticas  
24 nacionais em relação a estes povos. A legislação indigenista coloca em re  
25 leve as facês cruciais da questão indígena no Brasil, como a inalienabili  
26 dade do patrimônio indígena e a necessidade de proteção de seus direitos.  
27 Na prática, porém, a etnia nacional tem-se demonstrado anti indigenista.

28 Constituiria um objetivo da educação para o índio, neste sentido, a  
29 preparação dos diversos atores da situação de contato interétnico para  
30

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 o exercício da cidadania, fornecendo-lhes acesso ao conhecimento de seus  
2 direitos e deveres, prescritos pela legislação indigenista.

4 INDIGENISMO E POLÍTICA INDÍGENA

6 O Serviço de Proteção aos Índios foi fundado em 1910. Àquela época,  
7 as áreas de fronteira eram palco de lutas sangrentas que via de regra ex-  
8 terminavam os povos indígenas. Nas cidades, a opinião pública se polariza  
9 va no debate a respeito da relação ao índio. Diversos setores da sociedade brasilei-  
10 ra, como associações científicas, instituições filantrópicas, delegações  
11 dos países de procedência de colonos reivindicavam que o governo brasi-  
12 leiro tomasse providências para garantir a colonização e a vida dos migran-  
13 tes estrangeiros em conflito aberto com os índios. Estes setores sustenta-  
14 vam ideias evolucionistas segundo as quais os seres fracos e inferiores  
15 deveriam ceder lugar aos fortes e bem dotados. Levantavam-se contra estas  
16 ideias os positivistas, alimentados por uma imagem também distorcida a res-  
17 peito do bom selvagem à moda de Rousseau.

18 A mentalidade positivista, baseada no evolucionismo humanista e nor-  
19 mativo de Augusto Comte, postulava que os povos indígenas, uma vez liber-  
20 tados de pressões externas, poderiam progredir espontaneamente e integrar-  
21 -se à civilização, se lhes fossem fornecidos os meios de industrializar-se.

22 Com esta inspiração, marcada pelo etnocentrismo, foi fundado o SPI,  
23 por iniciativa de militares liderados pelo General Rondon. Segundo eles,  
24 era necessária a intervenção do governo para "defender", "emperrar" e "integrar"  
25 os "selvagens" à "civilização", numa ação social isenta de doutrinas religio-  
26 sas (Ribeiro, 1979:135). Pode-se dizer que a influência da etnologia foi  
27 nula na fundação do SPI, pois àquela época os etnólogos adotavam via de re-  
28 gra uma perspectiva de alheamento, sendo raras as exceções de comprometi-  
29 mento real com o destino dos povos estudados.

30 O decreto nº 9214, de 15 de dezembro de 1911 fixou as linhas mestras

INERICOED

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 a política "protecionista" em relação ao índio brasileiro. Esta incluía en-  
 2 tre seus princípios a proteção ao índio em seu próprio território, a proi-  
 3 bição do desmembramento da família indígena e a instituição do direito à ci-  
 4 dadania. Tal legislação foi formulada com inspiração no positivismo huma-  
 5 nista e evolucionista, fundamentado na crença de desenvolvimento progres-  
 6 sivo e natural do índio. Considerava também que cada povo encontrava-se em  
 7 estágio distinto de desenvolvimento evolutivo, levando-o em conta na atri-  
 8 buição de direitos e deveres civis a cada cidadão indígena, tomado em par-  
 9 ticular.

10 Segundo Luiz Bueno Horta Barbosa, o programa do SPI era "melhorar o  
 11 índio", "proporcionando-lhe os meios, o exemplo e o incentivo direto pa-  
 12 ra isto", "...tornar-o um melhor índio" e não um ente sem classificação so-  
 13 cial possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter con-  
 14 seguido entrar naquela para onde o queriam levar" (apud Ribeiro, 1979:14).

15 Durante curtos períodos de sua história, o SPI teve condições reais  
 16 de colocar em prática estes princípios, e fazer cumprir a lei com base ne-  
 17 les instituída.

18 Em 1940, o etnólogo e indigenista Kurt Nimuendaju apontou como causas  
 19 para o fracasso do SPI a insuficiência e irregularidade das verbas, o exa-  
 20 gero burocrático, a falta de pessoal técnico qualificado e a falta de po-  
 21 der a nível regional (apud Malcher, 1963:6).

22 Malcher, que na tentativa de imprimir uma orientação teórica à polí-  
 23 tica <sup>indigenista</sup> ~~protecionista~~, colocou etnólogos em cargos técnicos e políticos do  
 24 Serviço, denunciou que o órgão, vinculado na época (década de sessenta) ao  
 26 Ministério da Agricultura, era apenas uma peça de uma maquinaria minada  
 26 pela corrupção e por interesses políticos e econômicos orientados para o  
 27 esbulho (1963:1). Segundo Malcher, ~~os fracassos da política protecionista~~  
 28 ~~sucedera-se a~~ "tribos foram dizimadas não só pelas balas assassinas mas  
 29 com a conivência, embora indireta, do SPI, que as chamava à "civilização",  
 30 as atraía, "sem ter meios para atender os primeiros embates sempre danosos

V. 1. 1. 1.

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	FOLHA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 para a comunidade indígena" (1963:13).

2 Na atividade ~~efetivamente~~ efetivamente protecionista, os funcionários  
3 do SPI devotados ao indigenismo opunham-se aos senhores locais, quebravam  
4 relações de clientela, construíam escolas, alfabetizando e levando às re-  
5 giões de fronteira o conhecimento e a lei, úteis também ao sertanejo não  
6 índio.

7 A existência da agência <sup>indigenista</sup> ~~protecionista~~ oficial não era, contudo, sufi-  
8 ciente para neutralizar os jogos de interesses de nível regional e central,  
9 e impor a lei a mandantes locais. Estes, além de desconhecer e desprezar a  
10 justiça, manipulavam as relações de poder a nível regional e interferiam  
11 inclusive sobre os interesses políticos federais.

12 Fazia-se, assim, o esbulho das terras indígenas, com a conivência de  
13 autoridades, fossem municipais, estaduais ou federais. Unindo-se latifundi-  
14 ários, grupos econômicos e autoridades, "aliados a funcionários faltosos",  
15 formavam "quadrilhas" que iam assim "trinchando o patrimônio dos índios" (Mal-  
16 cher, 1963:2), interferindo a política partidária e a corrupção, tornando  
17 se comuns comissões de compras e negociatas "com os bens do patrimônio in-  
18 dígena" (Malcher, 1963:6).

19 Os princípios humanitários da legislação indigenista não chegaram a  
20 impor limites ao conjunto de influências político partidárias e interesses  
21 econômicos <sup>envolvidos</sup> ~~implícitos~~ na luta pela conquista de territórios indígenas e  
22 sua exploração econômica.

23 Em 1967, foi instituída a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), acompa-  
24 nhada da regulamentação de uma legislação indigenista de inspiração libe-  
26 ral, sendo mantidas as influências positivistas, cujo objetivo era a assi-  
26 milação gradativa do índio. Diversos autores (Cardoso de Oliveira, 1978) as-  
27 sociaram a atuação da FUNAI, vinculada ao Ministério do Interior, aos pro-  
28 jetos e à ideologia desenvolvimentistas do governo militar brasileiro nas  
29 décadas de sessenta e setenta.

30 A partir de 1980, a vinculação da FUNAI aos órgãos de Segurança Nacio

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 nal resultou em transformações ~~na~~ política indigenista, que  
2 agravaram os conflitos nas áreas de fronteira. Tais transformações se consu  
3 bstenciaram em 1983, quando a política fundiária da FUNAI foi vinculada ao  
4 recém criado Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), e  
5 foram colocados à luz os planos de modificar qualitativamente a legislação  
6 indigenista.

7 Não cabe nos limites deste trabalho avaliar a procedência jurídica  
8 dos projetos de alteração na legislação indigenista. Também não discorrerei  
9 sobre a política de "ocupação dos espaços vazios", que toca diretamente à  
10 segurança dos povos indígenas, pois seus territórios são considerados im-  
11 produtivos pelos idealizadores de projetos econômicas.

12 A partir de 1980, a agência tutelar mostrou uma face anti indigenista,  
13 que se refletiu nos mecanismos capilares de exercício do poder. Não foi le  
14 vada a cabo a demarcação de terras, os territórios indígenas foram cada vez  
15 mais frequentemente invadidos, as delegacias regionais - criadas com o ob  
16 jetivo de defender os direitos indígenas a nível local, - atuaram mais como  
17 organismos de polícia contra os interesses indígenas. Observou-se também a  
18 acentuação de práticas como a difusão das GRIN (Guarda Rural Indígena), coop  
19 tação e suborno de tuxauas e membros dos conselhos tribais, *Associação de*  
*Lideranças Indígenas*

20 É paradoxal, no entanto, que justamente na década em que a política in  
21 digenista sonheou sistematicamente os direitos indígenas, tenha se verifica  
22 do a emergência de um movimento indígena organizado nacionalmente.

23 Entendo que o movimento indígena não constitui uma simples resposta a  
24 prática colonialista da etnia nacional. Observa-se, nos dias de hoje, que  
26 as lideranças indígenas no Brasil transitam no cenário da política nacional,  
26 ocupando espaços da sociedade "civilizada", como o parlamento, a imprensa,  
27 a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, ou cargos técnicos e polí  
28 ticos na própria agência tutelar. Exercitam, deste modo, seu direito à ci  
29 dadania previsto na legislação indigenista.

30 O embrião de uma organização indígena foi gerado no terreno de fron

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 teira entre tradições contraditórias: de um lado a tradição branca, civili  
2 zada, letrada e, de outro, a tradição indígena, conquistada, fragmentada pelo  
3 contato. Ele recria, desde que nasce, o choque entre estas mesmas tradições.  
4 É inegável, entretanto, que a organização indígena nascente implicou em  
5 um processo de interpretação, por parte dos povos indígenas, de sua identi  
6 dade étnica, que vinha sendo até então sistematicamente negada e discrimi  
7 nada pelos representantes da etnia nacional em contato direto com estes po  
8 vos indígenas.

9 No ano de 1982, foi eleito para deputado federal pelo PDT fluminense  
10 o líder xavante Mário Juruna. Ele apresentou o projeto de lei que vise  
11 a reestruturação da FUNAI para que a ação tutelar seja fiscalizada por um  
12 conselho constituído por líderes indígenas representativos dos diversos  
13 povos. Este projeto de lei já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda  
14 a sua votação no Senado Federal. A atuação do parlamentar indígena está  
15 articulada com a emergência de movimentos indígenas nas áreas de fronteira  
16 e com a realização de Encontros Nacionais organizados por representantes  
17 destes povos. O movimento político dos índios no Brasil ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~  
18 que desejam ~~XXXXXXXXXX~~ exercer o direito de decidir sobre seu próprio desti  
19 no.

20 O movimento indígena organizado tem desempenhado um papel ativo no ce  
21 nário político nacional. A sua emergência como personagem atuante e cole  
22 tivo é uma demonstração de que não foram concretizados os propósitos assi  
23 milacionistas formulados pela política indigenista desde a fundação do Ser  
24 viço de Proteção aos Índios.

25 Os diversos povos indígenas reagiram diferencialmente aos desafios aos  
26 quais foram submetidos. As distintas situações impostas pela etnia nacional  
27 uniformizadora tiveram como resultado situações diversas de "transfigure  
28 ção étnica" (Ribeiro, 1979:220). Alguns destes povos foram sumariamente ex  
29 terminados, outros mantiveram-se em relativo isolamento. Outros integraram  
30 se à sociedade nacional, dela participando econômica e politicamente enqua

INEP/COED

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 grupos etnicamente diferenciados. A assimilação foi atingida apenas em ca-  
2 sos isolados, mediante a incorporação individual de membros destes povos  
3 que negaram sua identidade étnica.

4 A política indigenista não resultou portanto na uniformização pela  
5 etnia nacional dos distintos povos indígenas. A própria crença positivis-  
6 ta de que as comunidades indígenas deveriam ser assimiladas por etapas pro-  
7 gressivas, associada à reação diferencial dos distintos povos, foi um dos  
8 fatores que conduziram à diferenciação.

9 A existência de uma elite indígena que tem voz no debate político na  
10 cional, assim como o agravamento das situações de tensão nos cenários de  
11 fronteira ~~xxxxxxxx~~ desmistificam a imagem idealizada de um índio genérico.  
12 Mantiveram-se, recriando-se e redefinindo-se multiplicadamente, as diver-  
13 sidades étnicas enquanto formas organizacionais de grupos diferenciados.  
14 A etnia, como categoria relacional, é constantemente realimentada pela ide-  
15 logia indigenista.

16 Convém observar, contudo, que a luta étnica se mova em um terreno pe-  
17 rigoso. A emergência do movimento indígena ~~xxx~~ se dá dentro de um jogo com  
18 ~~xxx~~ plêxo de influências, que engendra um campo ideológico comum tanto à  
19 política indigenista quanto à propriamente indígena. Sem a ~~construção de~~ um  
20 arsenal teórico suficientemente rigoroso, corre-se o risco de reificar as  
21 ideologias que brotam em um terreno regado por contradições.

22 Afloram, deste modo, as múltiplas identidades que correspondem às dis-  
23 tintas condições, que caracterizam a diferenciação histórica entre os di-  
24 versos grupos, em sua situação específica em cada região brasileira. Deve  
25 ~~ser notado~~ <sup>examinado</sup>, neste processo, o papel desempenhado pelos diversos atores do  
26 indigenismo, em relação aos quais a identidade indígena se define.

27 É inegável a positividade da existência da agência tutelar para o exer-  
28 cício da identidade indígena. A política indigenista oficial, no entanto,  
29 nunca agiu como se as sociedades indígenas ~~xxx~~ pudessem representar o pa-  
30

PREP/COED

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA 12
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 pel de unidades políticas ~~independentes~~. A prática assistencialista do SPI  
2 e mais recentemente da FUNAI, ao contrário tem negado sistematicamente a  
3 autodeterminação dos povos indígenas, assim como a possibilidade de opta-  
4 rem pela autonomia política e territorial (Cardoso de Oliveira, 1978:61).

5 A tutela exercida pelo Estado através da FUNAI constitui, sem dúvida  
6 um meio de garantir o patrimônio e os direitos indígenas, o que é previs-  
7 to pela legislação. Se, em teoria, tutela e autodeterminação não são neces-  
8 sariamente contraditórias, na prática representantes da agência tutelar a-  
9 tualizam relações de patronagem comuns ao sistema de clientelismo de nível  
10 regional. Observe-se também que a existência da lei, por si só não impede  
11 a invasão dos territórios indígenas e a ameaça deliberada aos direitos in-  
12 dígenas, atuando ~~xxxxxxx~~ a ideologia indigenista para mascarar e justificar inte-  
13 resses contrários, servindo ~~xxxxxxx~~ inclusive à concretização destes mesmos inte-  
14 resses anti indigenistas.

15 Em 31 de janeiro de 1984, foi assinado um acordo de cooperação entre  
16 o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Interior, "objetivando  
17 o estabelecimento de ação conjunta e integrada de seus órgãos, para impõe-  
18 mentação de programas e projetos especiais de assistência material, técni-  
19 ca e financeira às comunidades indígenas do país".

20 Reza a cláusula terceira deste acordo que "O MINTER e o MEC desenvol-  
21 verão todo o seu trabalho escutando os anseios das comunidades indígenas,  
22 motivando-as a uma participação efetiva nos programas e projetos estabele-  
23 cidos, ministrando-lhes cursos e ensinamentos sobre as atividades que forem  
24 definidas, e par de assistência técnica permanente aos silvícolas".

26 Julgo ser importante observar que tal assistência educacional deve vi-  
26 ser o reforço da identidade de povos que visam seus valores fragmentados  
27 e minimizados num jogo de forças que impõe as formas de pensar dos grupos  
28 étnicos majoritários do ponto de vista do controle dos recursos. Uma prática  
29 pedagógica que incentive a identidade étnica dos povos indígenas deve, por  
30 tanto respeitar seu direito à autodeterminação.

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 PROCESSOS EDUCATIVOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO MÉDIO SOLIMÕES

2 Para uma releitura menos abstrata dos problemas educacionais, tomê -

3 mosz como exemplo a situação particular das comunidades indígenas existen

4 tes no Médio Solimões, estado do Amazonas.

5 A região polarizada pela cidade de Tefé caracteriza-se pela existên-

6 cia de comunidades ribeirinhas, constituídas pela aglutinação de grupos re

7 sidenciais de pequenos produtores, submetidos secularmente por relações de

8 clientela aos comerciantes locais. A partir da década de setenta, foram in

9 troduzidas por agências estatais modificações nesta situação, criando-se

10 assim condições para a emergência na região da aspiração por parte do pe

11 queno produtor de tornar-se comerciante e "libertar-se dos patrões". Através

12 da constituição de Comunidades Eclesiais de Base e do Movimento de E-

13 ducação de Base (MEB), a atuação missionária da Prelazia de Tefé vem impul-

14 sionando também a crescente mobilização dos segmentos camponeses em Tefé,

15 entre eles o que se define como indígena.

16 O MEB surgiu no Brasil a partir da experiência das escolas radiofôni-

17 cas de Natal, no Rio Grande do Norte, tendo sido implementado por um plano

18 estabelecido a partir de um convênio entre o governo Jânio Quadros e a Con

19 ferência Nacional dos "Bispos do Brasil. Desde sua fundação, a estrutura

20 do MEB é composta por um Conselho Diretor Nacional, cujos membros são na

21 maior parte bispos, uma Comissão Executiva Nacional cuje "responsabilida

22 de principal é a de execução dos planos do MEB, coordenação e assessora-

23 mento" das equipes estaduais, que por sua vez assessoram as equipes locais.

24 A estas últimas cabe o papel de adequar o planejamento nacional do MEB às

26 características regionais e realizar a seleção e treinamento dos monitores

26 e animadores de comunidade, assessorando-os na execução de cursos radiofô-

27 nicos. (Falhares Sá, 1979:80).

28 Em 1970, a Prelazia de Tefé aderiu à opção preferencial pelos "obras",

29 adotada pela CNBB em 1968 em Medellín, iniciando a partir de então a cons-

30 tituição das comunidades de Base. O MEB atua na área desde 1963 e tem pro

IMPRESSO

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 curado "despertar o homem para os seus problemas", conforme afirmou Dirce  
2 Batalha Marinho, sua coordenadora em Tefé até o ano de 1981. Com o objetivo  
3 de grupalização, alfabetização, suplência e qualificação; às membros da e  
4 quipe local do MEB visitam periodicamente as comunidades de sua área de  
5 atuação, realizando treinamento de líderes rurais, e cursos ministrados en  
6 tre os membros das comunidades.

7 A Rádio de Educação Rural de Tefé foi inaugurada em 1963. Era promp  
8 vida na época a campanha de Defesa da Amazônia pelo então governador do Es  
9 tado, Arthur Cezar Ferreira Reis. Segundo um dos fundadores do MEB na área,  
10 a Rádio de Educação Rural de Tefé foi criada com o objetivo de neutrali-  
11 zar a difusão de ideias estrangeiras. Tanto a Prefeitura de Tefé quanto o  
12 MEB vêm utilizando esta rádio a partir de sua inauguração para a difusão  
13 de cursos radiofônicos, missas e divulgação de informações.

14 Em 1982, existiam segundo os supervisores do MEB em Tefé cerca de 36  
15 comunidades relativamente estruturadas, que recebiam visitas frequentes  
16 dos instrutores do MEB e dispunha de monitores provenientes das próprias  
17 comunidades, preparados em treinamentos e cursos intensivos. Entre estas  
18 comunidades existem quatro aldeias indígenas: as aldeias Miranhas do Mi-  
19 ratu e Mérra, a aldeia Majoruna do Marajá e a aldeia Cambeba do Jacuiri.

20 A atuação do MEB entre as comunidades indígenas em Tefé tem surtido  
21 um efeito mais intenso do que entre as comunidades não indígenas, sendo vis  
22 tas estas últimas mais como grupos residenciais do que como comunidades in  
23 ~~dependentes~~ propriamente ditas. Isto ocorre porque, dada a intensa mobilidade  
24 do campesinato local, os membros das comunidades não indígenas da área são  
26 muito mais itinerantes do que nas comunidades indígenas, atuando nestas úl-  
26 timas a identidade étnica como um elemento aglutinador.

27 Existem diferenças nas situações vividas pelos Miranhas, Cambebas e  
28 Majorunas, pois estes povos são provenientes de diferentes regiões da Ama-  
29 zônia, tendo sofrido cada um deles o impacto da sociedade nacional de modo  
30 singular. Mas, no drama vivido pelos índios de Tefé, os personagens com os

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA 15
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 cuais se defrontaram foram praticamente os mesmos, em diversas situações de  
2 contato que levaram os Miranhas, Carbebas e Majorunas inicialmente, a ne-  
3 gar sua identidade étnica e colocar no trono as normas e valores da socie-  
4 dade colonial pois, enquanto índios, eram vistos como animais inferiores.  
5 Para sobreviver optaram, segundo contam, por tornar-se "civilizados".

6 O atual campo político em Tefé tem contradições que abrem caminho para  
7 a emergência de formas de mobilização ~~xxxx~~ promovidas pelos chamados "ín-  
8 dios civilizados", sustentando-se sua atividade na busca de valores alter-  
9 nativos aos valores dominantes. Eles imprimem, também, uma conotação ~~xxi~~  
10 positiva à sua identidade étnica, que afirmam diante dos diversos atores  
11 regionais que a vinham negando e estigmatizando. As diferenças e divergên-  
12 cias ~~xxx~~ existentes entre Miranhas, Carbebas e Majorunas são um aspecto  
13 constitutivo de sua mobilização, que se concretiza em alianças sustentadas  
14 nos seus interesses comuns. As aldeias engrateçam-se, assim, através de for-  
15 tes vínculos, realizando os "índios civilizados" de Tefé frequentes ajuris  
16 (troca de trabalho coletivo), festas e reuniões intercomunitárias. A tutela  
17 da FUNAI, neste caso, torna-se operativa para a garantia da persistência  
18 da tradição coletivista de uso comunal de seu território, sem contradizer  
19 a viabilidade da autodeterminação destes povos.

20 A prática de realizar reuniões é um costume tradicional entre os índios  
21 de região, conforme relatam os diários de cronistas que conheceram seus cos-  
22 tumes no século passado. Estas reuniões, já àquela época, constituem um  
23 momento de discussão dos problemas comuns, segundo diz Martius:

24 "O chefe expõe o assunto e deixa cada um falar a seu turno; raras vezes  
25 interrompem o orador e a conferência tem o caráter de calma, paciência e sem-  
26 pre frio...Parcem examinar o assunto de todos os lados e como o índio não  
27 existe em mudar de opinião, a deliberação é sempre unânime. Uma simples pa-  
28 lavra como "está bom" ou "acontecerá", etc, da boca de todos, muitas vezes  
29 com transposição de palavras e repetição enfática, traduz o consentimento  
30 geral" (Martius, 1938:45).

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 As reuniões vem sendo incentivadas pela atuação missionária, mas são  
 2 promovidas, no entanto, sem a ação direta dos agentes pastorais. Os moni-  
 3 tores e lideranças treinados pelo MEB têm, contudo, um papel importante na  
 4 dinamização das reuniões. A ação pedagógica, neste sentido, não se restrin-  
 5 ge aos processo formais de aprendizagem ~~xxxxxx~~ que na área são exercidos  
 6 através de aulas, treinamentos e cursos radiofônicos, permeando práticas  
 7 educativas informais toda a vida social das comunidades indígenas em Tefé.

8 Esta experiência de escola indígena reflete, porém, aspectos contra-  
 9 ditórios da situação de contato regional. As atuais circunstâncias dos  
 10 processos sociais em Tefé têm possibilitado uma reinterpretção, por par-  
 11 te dos grupos indígenas que aí habitam, de sua identidade étnica. vista  
 12 tradicionalmente na amazônia com uma conotação negativa, verificando-se  
 13 assim a emergência da identidade de "índio civilizado", adotada pelos  
 14 membros dos grupos indígenas em Tefé com um sentido positivo. Esta identi-  
 15 dade, contudo, refletindo uma contradição entre seus próprios termos, es-  
 16 pelha aspectos ambíguos da realidade indígena no Médio Solimões.

17 Os membros destes grupos aspiram tanto a "libertação dos padrões" quan-  
 18 to a afirmação diante deles de sua identidade étnica. Aflorem, todavia,  
 19 no bojo do próprio movimento promovido pelos "índios civilizados", relações  
 20 de patronagem e clientela que reproduzem as práticas seculares de sujei-  
 21 ção/ dominação, ocorrendo também a interiorização de esquemas de pensa-  
 22 mento que inferem à identidade indígena uma conotação negativa, e os levam  
 23 a encarar outros povos indígenas, depreciativamente, como "mais atrasados".

24 A diferenciação nos segmentos camponeses em Tefé permite a emergência  
 26 de um movimento político entre os grupos indígenas, caracterizados assim  
 26 como pertencentes à pequena produção mercantil regional, ~~xxxxxxxxxxxx~~  
 27 que assume feições progressistas em sua situação ascendente na estrutura  
 28 de classes regional.

29 Cabe perguntar em que termos as categorias de pensamento difundidas  
 30 por uma escola indígena poderiam ser instrumentalizadas em função dos in-

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 teresses desta segmento emergente da produção mercantil.

2 O treinamento de monitores indígenas não implica no reforço e rela-  
3 ções de patronagem preexistentes e do exercício da clientela pelos pró-  
4 prios monitores? Teriam os próprios membros das comunidades indígenas in-  
5 teresse em modificar uma conduta cristalizada pelo hábito e relações se-  
6 culares de sujeição/dominação?

7 Na escola indígena, recriam-se os mesmos aspectos ambivalentes da  
8 identidade de "índio civilizado". Estes mesmos aspectos contraditórios  
9 de uma escola indígena, no entanto, constituem os diversos momentos de um  
10 processo dialético de descobrimento e de criação de uma identidade nova,  
11 restaurada, que nutre-se da busca pelos povos indígenas pelo estabeleci-  
12 mento de novas relações sociais, que podem conduzi-los à controção de seu  
13 próprio destino.

14

15 PRECAUÇÕES METODOLÓGICAS

16 A tentativa de definir objetos políticos como educação e etnia nos  
17 leva a resultados provisórios, incertezas. Em vez de levantar conclusões  
18 finais em torno do tema da educação para o índio, convém enunciar algumas  
19 precauções metodológicas .

20 1. Entenda-se a experiência educativa como uma atividade problematizadora,  
21 um processo dialético de descobrimento de novas condutas, novas palavras,  
22 novos valores. Ela consiste numa tentativa de permanente diálogo com os  
23 índios. Estes constituem, assim, sujeito e objeto de investigação, buscan-  
24 do a "compreensão e avaliação crítica, ~~pelos índios~~, da realidade vivida"  
26 (Lopes de Silva, 1981).

26 2. A educação com a participação direta dos índios implica na necessidade  
27 de incentivar tanto a revitalização de suas tradições quanto a defesa de  
28 seus interesses no contato com a sociedade nacional, e levar em conta a es-  
29 pecificidade da situação de cada grupo indígena para resguardar-lhe, assim,  
30 "o direito de ser diferente".

INEP/COED

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

3. Os processos educativos implicam a difusão de categorias que constituem um patrimônio comum ao conjunto da sociedade. Esta transmissão ocorre seja sistematicamente nas situações escolares formalizadas, seja nas situações informais em que cada coletividade ou grupo social se reúne. Nestas últimas, a presença de um agente pedagógico externo à comunidade indígena pode atuar tanto como um elemento inibidor quanto contribuir para um crescimento do grupo nos processos de aprendizagem. A preparação dos monitores indígenas constitui, deste modo, ~~mais~~ um problema, pois eles desempenham papéis contraditórios, cumprindo a função de mediadores entre os projetos de educação e suas comunidades de origem.

4. É necessário rever rigorosamente a tradição do autoritarismo populista ~~no~~ que permeia as instituições da sociedade brasileira, e constitui um ~~ex~~ obstáculo também a projetos de educação para o índio. Não seria uma reificação de ideologia romantizada do índio criticar suas ambições de "subir na vida", ter sucesso pessoal ou social, ou desencorajar sua participação nas disputas políticas regionais e nacionais? Ao contrário, os projetos de educação devem avaliar as aspirações reais de agentes concretos. Estas envolvem expectativas com relação à participação na vida pública, mobilidade social e melhores condições de vida. Como estratégias pessoais ou de grupo, ~~estas~~ devem ser entendidas dentro de um processo político geral, no qual ~~estes~~ inclusive nós - somos ~~desempenhando~~ papéis num jogo de forças que ~~envolve~~ coletividades.

4. A atitude pedagógica envolve relações de poder, especialmente quando se trata de transmitir conhecimentos escolares a indígenas que desconhecem a tradição letrada. ~~Se~~ o procedimento disciplinar da escolarização consiste num ato de violência simbólica mesmo quando dirigido a alunos não índios, pois implica na postulação de uma verdade que nega a verdade do outro. Foda-se fortalecer o exercício de um saber indígena através da transmissão de esquemas de pensamento formulados segundo regras próprias à tradição letrada? Seria utópico supor a existência de pesquisadores índios, que

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1 pudessem reinterpretar a tradição letrada, <sup>desafiando a</sup> ~~revisando~~ e como um texto ,  
 2 redefinindo sua identidade étnica de povos conquistados, cujos valores  
 3 foram fragmentados pela sociedade civilizadora?  
 4 5. ~~A escola propicia aos indivíduos "um corpo comum de categorias de pen-~~  
 5 ~~samento que tornam comum a comunicação" (Scheidt, 1974:205).~~ Como a insti-  
 6 tuição escolar interfere nas categorias inconscientes que orientam as  
 7 ações dos indivíduos, tem poder para alterar suas condutas e sua relação  
 8 com a coletividade. Cabe, dentro desta perspectiva, a educação para o  
 9 índio difundir entre estes povos esquemas de pensamento que possam orien-  
 10 té-los à satisfação de suas aspirações, assim como na sua participação  
 11 enquanto sujeitos conscientes de seus direitos à cidadania na comunidade  
 12 nacional, sem que suas especificidades étnicas e seu direito à autodetermi-  
 13 nação sejam desrespeitados. Isto implica no reconhecimento que represen-  
 14 tes dos povos indígenas possam formular projetos étnicos , e imprimir-lhes  
 15 uma orientação própria.  
 16

17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
26  
26  
27  
28  
29  
30

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre  
1974 - A Economia das Trocas Simbólicas - São Paulo, Editora Brasiliense.

BOURDIEU, P., & PASSERON, J.C.  
1975 - A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

CAROSO DE OLIVEIRA, Roberto  
1973 - A Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro  
1976 - Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira.  
1981 - "Teses sobre o Indigenismo Brasileiro". Anuário Antropológico/79  
pg 171-181. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

FOULCAULT, Michel  
1982 - Microfísica do Poder (org Roberto Machado) 3ª Ed. Rio de Janeiro, Graal.

FREIRE, Paulo  
1975 - Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª Ed.

LOPES DA SILVA, Aracy  
1981 - A Questão de Educação Indígena (Coord). São Paulo, Brasiliense

MARTIUS, K.F.  
1938 - O Direito entre os Indígenas no Brasil - São Paulo, Edições e Publicações Brasil.

MALCHER, J  
1963 - "Por que fracassa a Proteção aos Índios". Brasília, SPI (mimeo).

PALHARES SÁ, Nicenor  
1979 - Política Educacional e Populismo no Brasil. São Paulo, Cortez & Moraes

RIBEIRO, Darcy  
1979 - Os Índios e a Civilização. A Integração das Populações Indígenas

INPEC/COED

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	LAUDA
NOME DA PUBLICAÇÃO	NOME DA SEÇÃO	REDATOR

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
26  
26  
27  
28  
29  
30

no Brasil Moderno . Petrópolis, Vozes  
SAVIARI, Demerval  
1994 - ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ Escola e Democracia ; São Paulo, Cortez Editora/  
Autores Associados.